

**LITERATURA DO TESTEMUNHO:
A LITERATURA DA ERA DAS CATÁSTROFES**

**LITERATURE OF THE TESTIMONY:
THE LITERATURE OF THE ERA OF DISASTERS**

César Alessandro Sagrillo Figueiredo¹

Resumo: O século XX foi farto de conflitos, sendo nominado como a Era das Catástrofes. Pela necessidade de relembrar o trauma, foi elaborada uma literatura baseada na memória das vítimas denominada Literatura do Testemunho. Esta produção divide-se em duas: uma de origem judaica denominada de Shoah, a partir do advento do nazismo; e, outra latina denominada de *Testimonio*, muito influenciado pela Júri Prêmio Casa de Las Americas buscando uma perspectiva memorialística da luta. Como resultado da pesquisa, constatamos a falta de diálogo dessas duas correntes, mesmo sendo a memória, o testemunho e a história os principais condutores dessa literatura do testemunho.

Palavras-chave: literatura do testemunho; memória, *Shoah*; *testimonio*.

Abstract: The 20th century was full of conflicts, being named as the Age of Catastrophes. Due to the need to remember the trauma, a literature based on the memory of the victims called Literature of the Testimony was created. This production is divided into two: one of Jewish origin called Shoah, from the advent of Nazism; and, another Latin named Testimonio, very influenced by the Jury Prize Casa de Las Americas seeking a memorialistic perspective of the struggle. As a result of the research, we found the lack of dialogue between these two currents, even though memory, testimony and history are the main drivers of this Literature of Testimony.

Key words: testimony literature; memory, Shoah; Testimonio

Introdução

O século XX, segundo Hobsbawn, foi extremamente breve, denominando-o como a *Era dos Extremos* (2008). Esse século, segundo as explicações e a análise do autor, durara apenas do ano de 1914 até 1991, pois não cumpriu a sequência temporal de 100 anos, mais precisamente, indo da eclosão da Primeira Guerra Mundial, em 1914, até o *débâcle* e a erosão da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), em 1991. A explicação causal do autor é que, até o início da I Grande Guerra, ainda se vivia o mesmo *ethos* da *Belle Époque* do século

¹ Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Líder do Grupo de Pesquisa Violência e Estado. Desenvolve pesquisas sobre Guerrilha do Araguaia, Justiça de Transição, Literatura de Testemunho. Docente da Universidade Federal do Tocantins (UFT), *campus* de Tocantinópolis. E-mail: cesarpolitika@gmail.com

XIX, vindo a desmanchar essa dinâmica apenas com a eclosão da I Guerra. Após a II Guerra Mundial, o mundo se divide bipolarmente entre capitalismo e socialismo, vindo somente a ser desmanchada essa polarização com a vitória do Estados Unidos, em princípio “vencendo” a dinâmica da Guerra Fria, fechando-se com isso, portanto, a história do século XX.

Embora breve, o século XX foi prenhe de catástrofes, justamente pelo advento de sucessivos conflitos e guerras que foram extremamente fartos no período. Desse modo, a fim de qualificar essa quadra histórica marcada pela barbárie das guerras, pelos conflitos e perseguições étnicas, assim como pela bomba atômica e pelas ditaduras militares, a catástrofe, conseqüentemente, seria o símbolo principal dessa era, uma vez que, de acordo com Hobsbawn, as mortes foram em números de centenas de milhares, realçando o autor que nunca antes na história da humanidade o homem fora capaz de produzir tanto sofrimento.

Assim como o historiador refletiu sobre o período, as vítimas que sofreram como esses influxos históricos, ao seu modo, buscaram uma reflexão para compreender a que ponto chegavam os limites do homem em imprimir dor. Essas vítimas perseguiam explicações, na maioria das vezes sem respostas, de como foram capazes de suportar tamanhos suplícios coletivos e sobreviverem. A literatura, neste cenário, adquiriu um papel preponderante, uma vez que foi o veículo difusor principal em que os personagens conseguiram, com muitas dificuldades, elaborar algumas elucidações sobre tanta dor e sofrimento inculcados nessa assombrosa Era (SELIGMANN-SILVA, 2003). A partir do painel exposto, elaboro como objetivo principal para este trabalho examinar a denominada literatura do testemunho, exatamente como sendo aquela em que as vítimas puderam dialogar acerca dos acontecimentos vivenciados num dado momento histórico, sendo, por conseguinte, uma produção farta em relatos e testemunhos das agruras vivenciadas pelos autores.

A fim de trabalharmos com um gênero que abarca o complexo século XX, temos a compreensão necessária de que precisamos fazer alguns recortes precisos, sobretudo para não incorrerem em generalizações em face dos inúmeros eventos, personagens, livros e fatos marcantes que refletiram nessa produção. Para tanto, tonar-se-á necessário refinarmos o artigo nos seguintes objetivos secundários, a fim que possamos depurarmos sobre a gênese e a maturação dessa literatura, quais sejam: 1) Identificar os eixos primevos dessa literatura, muito

calcada no diálogo com a história e a memória coletiva; 2) analisar a elaboração da literatura do testemunho a partir dos influxos da II Guerra Mundial na Europa, nominada de *Shoah*; 3) compreender a literatura produzida na América Latina, batizada como *Testimonio*, a partir da influxos políticos da Revolução Cubana; e, tributário dessa literatura, 4) compreender a literatura do testemunho no Brasil, dentro desse gênero do *Testimonio* latino-americano.

Metodologicamente, este trabalho realiza-se como fruto de uma pesquisa qualitativa, a partir, principalmente, de uma revisão histórica e bibliográfica dos elementos mais significativos que foram ao encontro do objetivo proposto. Igualmente, analisamos os livros mais expressivos dessa literatura e que puderam dar conta das explicações condizentes acerca do objeto. Assim, a fim de trabalharmos com um *corpus* bibliográfico tão amplo, fizemos algumas seleções dos livros, priorizando, especialmente, aqueles fundantes e que inauguraram o gênero literário. Da mesma forma, trabalharemos com destaque às obras que tiveram grandes impactos e repercussão no momento do lançamento, tanto academicamente quanto junto ao público leitor, servindo, portanto, como modelos exemplares para esta tipologia literária. Realço, neste artigo, a importância da sintonia fina entre a história e a memória no gênero literatura do testemunho, sobretudo pelo fato de que é através da história que a memória seria acionada e ativada em face dos eventos, ocorrências e fatos marcantes servindo, sobremaneira, como material e testemunho para a literatura.

1 A memória como a chave dos Testemunhos

A fim de dialogarmos como este conceito da memória no *corpus* do nosso objeto, torna-se pertinente construirmos o enquadramento da memória como objeto teórico, justamente com o intuito de dar densidade e lastro para as análises estudadas, visto que o testemunho se baseia preponderantemente no encadeamento das reminiscências e das lembranças. Um dos autores que melhor inaugura esse estudo foi o sociólogo francês Maurice Halbwachs através da sua obra, *A Memória Coletiva* (2006). Nas chaves explicativas de Halbwachs, o autor enunciava três eixos aonde a memória iria se desenvolver e germinar, como se fosse um gradiente, ora se alimentando ora conflitando, seria definido em: 1) a memória individual, 2) a memória coletiva e 3) memória oficial. Quanto à memória individual, podemos dizer que ela seria a mais fugidia,

justamente por que se alicerça apenas no indivíduo para se equilibrar, muitas vezes incorrendo num fio tênue, justamente pela perda dos fatos em virtude da passagem do tempo.

Nesse cenário de reconstrução da memória, o autor enfatizava que a memória sempre seria construída no presente a partir da rememoração do passado, portanto, sempre buscando através do filtro do tempo presente o retrato do passado – vezes incompletos. Logo, a fim de dar sustentação e tessitura a este quadro da memória, o indivíduo precisaria, necessariamente, do apoio do grupo de que faz parte com o intuito de endossar ou confrontar as suas memórias, criando e reforçando, por conseguinte, uma memória coletiva:

[...] para que a nossa memória se aproveite da memória dos outros, não basta que estes nos apresentem seus testemunhos: também é preciso que ela não tenha deixado de concordar com as memórias deles e que existam muitos pontos de contato entre uma e outras para que a lembrança que nos fazem recordar venha a ser constituída sobre uma base comum. (HALBWACHS, 2006, p. 39)

Assim, podemos inferir que esta memória coletiva se configura a partir de uma primeira memória individual que é acionada, posteriormente, reforçada e endossada por um grupo coletivo de que o indivíduo faz parte, vindo a configurar como memória de um grupo. Nessa sequência, podemos configurar, por exemplo, como se estabelece a construção social de uma memória geracional como sendo reflexo de um mesmo grupo que partilhou das mesmas experiências e, conseqüentemente, compartilham das mesmas lembranças. Nesse sentido, a chave da memória de um componente desse grupo seria apenas acionada como crível quando, necessariamente, os outros componentes viessem a afiançar a veracidade do seu testemunho. Exatamente por isso, na acepção de Halbwachs, a memória seria eminentemente um construto social coletivo. Essas lembranças, sendo elas boas ou más, tornar-se-iam um passaporte para o acesso a um grupo específico cujos sujeitos vivenciaram determinadas situações, possuindo algo para relatar, relembrar e testemunhar, por exemplo, vítimas do nazismo, genocídios étnicos, presos políticos.

Nesse aspecto, ao evidenciar acerca dos vários grupos sociais que possuem o interesse de rememorar as suas lembranças, torna-se importante o reavivamento dessas memórias, justamente para que haja uma multivocalidade que ultrapasse a narrativa de uma história oficial

unívoca. Em outras palavras, é necessário compreender esse processo da memória como uma luta extremamente dialética, como um pêndulo entre a memória coletiva e a memória oficial, onde o constructo síntese dar-se-á de acordo com o ritmo da sociedade, fazendo com que irrompa uma das duas versões, sendo, conseqüentemente, a força empreendida pela vocalização dos protagonistas dessa memória o veículo que endossaria qual a “mais” oficial. Devemos refletir acerca dessa disputa pela memória e a construção dessas histórias oficiais, especialmente, como estas foram engendradas pelas ditaduras militares no século XX e, posteriormente, de como se processaram as lutas dos grupos politicamente subalternos dispostos a reescrever a história.

Ainda refletindo nesse processo de rememorar o passado através do testemunho, precisamos avaliar os silêncios das vítimas, como bem atesta Michel Pollack no seu texto fundante, *Memória, esquecimento e silêncio* (1989). Uma das originalidades desses feixes da memória mediado por Pollack é o realce que o autor destaca acerca do esquecimento (intencional ou não), bem como dos silêncios, muitas vezes forçados por traumas pessoais de quem viveu situações muito adversas. O ato de lembrar e rememorar, nessas situações, causaria novamente a lembrança de luto ao reavivar um trauma. Podemos observar esses silêncios em muitas obras na literatura do testemunho, quando o personagem narrador, ao testemunhar as suas agruras, não consegue traduzir todas as atrocidades vividas. Igualmente, podemos ver em vídeos e documentários que trabalham com testemunhos, pois em situações que remetem a traumas, os personagens tentam fugir das perguntas sobre o ocorrido. Os olhos e o silêncio, porém, revelam muito mais densidade nas mensagens do que nas falas. Nesses cenários, precisamos estar atentos para o fato de que, muitas vezes, os testemunhos só se processariam quando a testemunha tiver, necessariamente, um ouvinte disposto a escutá-los. Podemos, ainda, dialogar com a literatura, visto que tais dramas somente seriam escritos se tiver, realmente, um leitor atento e receptivo disposto a receber essa produção. Talvez esta seja a razão pela qual muitos escritores demoraram a escrever o que viveram em Campos de Concentração, pois foi necessário o transcurso do tempo histórico para se sentirem legitimados e amparados socialmente na escrita.

Fechando essa análise acerca do ato de rememorar, lembrar, testemunhar, esquecer e silenciar, precisamos, também, elencar os personagens que afloram na dinâmica do ato de testemunhar, através dos seguintes personagens vocalizados: *testis*, *superstes* e *arbiter*. Através do estudo de Sarmiento-Pantoja (2008), a partir da obra de Benveniste (1969), o autor enfatiza que a origem da palavra testemunha etimologicamente está vinculada à palavra *testis*, que significa aquele que testemunha. No sentido *stricto sensu* a palavra *testis* seria um terceiro que endossa e testemunha por um outro, a fim de inocentar (ou não) aquele que estaria sendo julgado. Também poderia ser aquele que tem a capacidade de narrar e contar a história, sobretudo quando os outros não possuem mais condições para narrar. Haveria ainda a palavra *superstes* correspondendo àquele que testemunha sobre si mesmo, produzindo provas e narrativas de si, a partir da sua sobrevivência e experiência. Nesse caso, podemos realçar que esse narrador adquire o *status* de sobrevivente, como aquele que venceu os obstáculos e, principalmente, os traumas, podendo contar o que viveu a partir das suas próprias experiências.

Sarmiento-Pantoja atualiza que esses personagens podem possuir uma ambivalência, inclusive no mesmo texto, pois, dependendo da narrativa no livro, a vocalização pode ser tanto para contar sobre a experiência vivida do outro quanto de si mesmo. Finalizando, como terceira voz, sugere a incorporação do personagem *arbiter*, como aquele que viu, vivenciou, narrou e ainda teve a capacidade de elaborar um julgamento sobre os fatos vividos – podendo ser de si ou dos outros. Esse personagem estabeleceria, portanto, uma espécie de juízo de valor no ato de testemunhar, podendo atribuir culpa, valores morais ou mesmo inocentar, a partir do seu escopo de visão de quem escreve.

Desse modo, assim como o ato de rememorar é extremamente dialético, podendo ser selecionado pelos recortes que melhor convém no ato de escrever, igualmente, enfatizamos que pode ser incidido, também, uma atribuição valorativa de julgamento ao testemunhar e relatar o vivido. Nessa situação, verificamos a existência latente desse terceiro personagem, que vocaliza através da sua escrita os encadeamentos da memória que melhor irão ao encontro da sua narrativa. Buscando dialogar com o nosso objeto de estudo, percebemos que literatura do testemunho se debruça sobre uma narrativa calcada em *testis* e *superstes*, em que as testemunhas relatam muito sobre o que se viveu e o que viu, como se dá nas narrativas da

primeira geração das vítimas da Era da Catástrofe do século XX. Quanto ao *arbiter*, Sarmiento-Pantoja (2008) enfatiza que será mais facilmente encontrado numa narrativa de segunda geração, justamente por serem os filhos ou descendentes daqueles que sofreram o trauma, podendo, assim, ter o distanciamento temporal necessário a fim de relatar o drama familiar vivido, muitas vezes sufocados por silêncios forçados e esquecimentos intencionais da primeira geração, em virtude dos flagelos das guerras, das ditaduras e dos genocídios.

2 O Shoah: a literatura do trauma judaico

A matriz produtiva que deu origem à denominada da Literatura do Testemunho no século XX foi eminentemente a reflexão que a sociedade fez a partir do advento da II Guerra Mundial (1939-1945) e, principalmente, da capacidade que o homem teve para impetrar dor no outro. Podemos dizer que a II Guerra marcou fortemente o conflito na própria raiz do pensamento moderno humano, pois esperavam que a humanidade, ao entrar plenamente na modernidade, ampla de conhecimentos e de recursos tecnológicos, levaria o homem a um patamar superior de progresso. Devemos ainda enfatizar que a modernidade nessa visão determinista seria filha diletta do Iluminismo francês, portanto ainda cheia dos eflúvios do dos discursos da liberdade, igualdade e fraternidade. O que se viu nesse breve século, porém, foram as dores que se multiplicaram, principalmente, em face do nazifascismo que desmanchou com toda uma dinâmica de vida estabilizada, sobretudo na Europa: o Velho Mundo nunca mais seria o mesmo (HOBSBWAN, 2008).

A Alemanha como motor desse processo pariu o nazismo e com ele todas as formas de engendrar dor através da guerra. Com a emergência do nazismo, elegeram os seus principais inimigos, entre os quais estavam os judeus que foram considerados como povo pária condenado ao extermínio. Devemos realçar que, além dos judeus havia outros párias sociais que precisavam ser aniquilados, a fim de transformar a Alemanha na grande nação almejada pelo nazismo. Nesse cenário dramático, também os comunistas foram presos, assim como Testemunhas de Jeová, ciganos, homossexuais e outros grupos coletivos considerados como não desejáveis pelo *establishment* alemão. Nesse processo de desterro coletivo, dizimaram

aldeias inteiras na Europa, além de deslocamento forçado pelo exílio de milhares de judeus e outros párias condenados ao degredo, fugidos com o intuito de preservar suas vidas.

Como fim da II Guerra Mundial e com a vitória dos denominados como aliados, o mundo se viu assombrado, especialmente com tudo o que mente humana poderia produzir de maior perversidade, uma vez que as cenas do Campos de Concentração eram chocantes. A humanidade, detentora de tantos recursos, não conseguia compreender todos os horrores visualizados com a libertação dos judeus e outros presos nos campos de extermínio. A partir do acontecido, Adorno (1988) profere a sua famosa sentença:

A crítica cultural encontra-se diante do último estágio da dialética entre cultura e barbárie: escrever um poema após Auschwitz é um ato bárbaro, e isso corrói até mesmo o conhecimento de por que se tornou impossível escrever poemas (ADORNO, 1988, p. 26).

A intelectualidade estarecida sobre os fatos procurava interpretar que o ocorrido fora um acidente da humanidade na sua trilha rumo a modernidade. Igualmente, os sobreviventes possuíam dificuldades muito mais atroz em refletir sobre o que viveram e, especialmente, por que sobreviveram em meio a tantas mortes e tantos dramas coletivos. Ter sobrevivido tornar-se-ia um peso coletivo para todos que não morreram pelos horrores da guerra (SELIGMAN-SILVA, 2010). Como poderiam ser portadores solitários da história de uma comunidade inteira dizimada, na maioria das vezes sendo o único sobrevivente de uma aldeia inteira? Além drama de ter sobrevivido pairava em suas cabeças as razões para ter sido poupado, como se isto fosse um peso a mais no seu drama pessoal. Do mesmo modo, precisavam processar como poderiam refletir sobre a sua família que fora perdida num Campo de Concentração, onde inseririam a memória afetiva dos amigos queridos, bem como de que maneira recriariam a aldeia que não mais existia, aniquilada pela sanha da guerra.

Alguns, a fim de minimamente depurar tudo o que passaram, começaram a escrever as suas memórias, como um meio de saldar a dívida com os que se foram: relembando e rememorando os mortos, poderiam de alguma forma provar que eles um dia existiram. Além de saldar os mortos, o ato de escrever e contar a história funcionaria como se fosse uma catarse

psicológica de tudo o que viveram, refletindo sobre o ato de ter ficado vivo. Portanto, a ação de escrever nesse cenário dramático tornou-se um elemento extremamente necessário para muitos autores, pois a escrita os trouxera novamente à vida. Isso não significa que o ato da escrita abrandasse ao drama vivido, mas o escrever representava o testemunho vivo da sobrevivência.

A literatura nesta seara seria fértil desde o imediato pós-guerra. Destacamos, por exemplo, o livro seminal de um sobrevivente de Auschwitz, descrevendo em minúcias todos os horrores experienciado nos campos de concentração e a sua luta para ficar vivo e sobreviver, com o título da obra estarrecedor, *É isso um homem?* (LEVI, 1988), convidando de pronto os leitores a uma reflexão a que ponto chegava os horrores do nazismo. O livro, originalmente lançado em 1947, começou a fazer sucesso, de fato, somente nos anos 50, tornando-se a partir desse momento um dos livros mais paradigmático do período. Juntamente com Primo Levi² houve uma leva de produção bibliográfica sobre o período, com inúmeros autores que se debruçaram com grande desvelo sobre os dramas vividos pelos horrores do nazifascismo.

Podemos denominá-los como a primeira geração que refletiu sobre o que viveram com o nazismo, funcionando em algumas situações como *testis, superstes e arbiter*, uma vez que, ao refletir sobre a sua própria história, acabavam contando a história dos outros que não estavam mais vivos e, por conseguinte, ajuizavam valores sobre os atos, tantos dos nazistas quanto do comportamento dos seus companheiros nos Campos de Concentração. A produção intelectual fora farta no período, sendo produzido, além de livros, também reportagens, documentários e filmes. Com esta multivocalidade, os testemunhos dos sobreviventes puderam ser materializados e, desse modo, mesmo que inconscientemente, puderam recriar o modo de vida anterior ao holocausto, mesmo que ficassem esses lugares apenas encaixados na toponímia da memória. Justamente por isso, as memórias coletivas desse grupo reverberadas serviam para adensar essas lembranças.

Destacamos, ainda, que, no início dos anos 60, o Estado de Israel sequestrou um dos principais nazistas perseguidos no pós II Guerra: Adolf Eichmann, o responsável pela execução

² Primo Levi possui outros livros que aportam ao seu passado vivido, destacamos: LEVI, P. Os afogados e os sobreviventes. Trad. Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990. LEVI, P. A trégua. Trad. Marco Lucchesi. São Paulo, Companhia das Letras, 1997

da Solução Final (extermínio) dos judeus, proposto por Hitler. Para fazer o julgamento necessário, Israel arma um grande espetáculo midiático, justamente pelo quilate do nazista que seria julgado – esperavam muitas testemunhas (sobreviventes) que viriam a proferir a acusação. Hanna Arendt, filósofa política alemã e judia refugiada do nazismo nos Estados Unidos, faz a cobertura do julgamento pela revista *New Yorker*. Tal cobertura seria muito importante para Arendt, pois, no plano pessoal, também estivera em campo de confinamento francês na II Guerra, sendo, portanto, vítima desse capítulo da história. Ao cobrir o evento, porém, enxergara “apenas” um simplório burocrata nazista que cumpria com esmero as ordens do Terceiro *Reich* e, assim, o julgamento (*arbiter*) de Arendt não teria o caráter de humanizar a figura de Eichmann, mas constatar que aquele homem tinha perdido a capacidade mais elementar de um ser humano que era pensar, tornando-se apenas uma espécie de máquina cumpridora de ordens produzidas pelo ideário nazista. A filósofa, procurou assim, a partir do julgamento, identificar as engrenagens que elaboraram esse mecanismo ideológico de destruição de guerra alemã, vindo a escrever o livro, *Eichmann em Jerusalém. Um relato sobre a banalidade do mal* (ARENDDT, 1999).

Ainda, quanto às obras que versam sobre o nazismo e o extermínio judeu, destacamos que são de matizes variados, havendo, contudo, um grande número de biografias refletindo sobre os horrores vividos. A intelectualidade demorou a cunhar e nominar esse gênero próprio dentro da Literatura do Testemunho, justamente pelo volume de obras, assim como pela dificuldade em caracterizar, historicizar e refletir sobre essa memória coletiva. Primeiramente, convém salientar que, durante um longo tempo, se utilizou a expressão Holocausto. No entanto, havia críticas acerca dessa terminologia, uma vez que na sua acepção pressupunha sacrifício voluntário, o que não era compatível com o fato ocorrido. A partir do documentário de Claude Lanzmann, *Shoah* (1985), que em hebraico significa catástrofe, o termo passa a ser utilizado para todo o conjunto de repertório que se debruça sobre esse terrível evento judaico, portanto, sendo *Shoah* aceito como a expressão da literatura do testemunho que versa sobre os judeus (FERNANDES, 2008).

Especificamente quanto a este gênero literário, vemos algumas características que a homogeneizam, principalmente o destaque para a elaboração psíquica sobre o trauma. Nessa

especificidade, vemos uma literatura que se ampara através do fio condutor da memória e que dialoga com a história e com a psicanálise, justamente para dar tônus às discussões e elaborações dos autores acerca dos seus dramas vivenciados. Discute-se no material bibliográfico do *Shoah* exaustivamente sobre o trauma, uma vez que, na acepção grega, lembramos que trauma significa ferida, portanto, algo que ainda não fora cicatrizado, conseqüentemente, seria uma ferida que precisaria ser constantemente mexida para jamais ser esquecida (FERNANDES, 2008, p. 50). Podemos dizer que a construção do conceito *Shoah* fora próspera na comunidade judaica, justamente pelo processo de maturação e manutenção da memória desse evento transcorrido, principalmente, fazendo com que as vítimas dos Campos de Concentração nunca sejam esquecidas através da literatura, dos filmes, dos documentários, bem como por todo aparato cultural carregado sobre esse gênero através dos aportes institucionais, visto que foi um evento dramático que impactou e modificou o século XX.

3 Testimonio: a construção do gênero latino-americano

A América Latina também cunhou a sua versão para o gênero da literatura do testemunho, sendo elaborada a expressão *Testimonio*. Podemos dizer que seria uma variação do *Shoah* judaico na realidade latino-americana. Mesmo tendo a matriz narrativa da memória e do testemunho como fio condutor principal, contudo, há pouco diálogo entre as duas searas, justamente pela mudança de enfoque no gênero tratado: enquanto o *Shoah* trata sobre a memória testemunhal como um vértice entre psicanálise e a história, por outro prisma, o *Testimonio* constrói o seu modelo dialogando sobremaneira a partir da memória, também como um vértice, entre a história e a política, justamente em face das matrizes formativas que cunharam esse modelo latino-americano.

No tocante especificamente ao *Testimonio*, esta literatura é fruto de duas bifurcações que se complementam e se encontram, embora o percurso seja gestado de maneira diferenciada. A primeira pode ser definida como a literatura elaborada a partir do Prêmio Júri Casa de Las Américas, de 1969, versando sobre a produção literária a partir da revisão histórica e da biografia de vida de personagens históricos ou paradigmáticos, que foram importantes nos processos de luta no continente latino-americano, bem como a escrita coletiva dos grupos

sociais que tiveram destaques na luta contra os donos do poder no continente latino-americano. Essa orientação, imprimiu um processo de valorização dos subalternos da história, transformando-os em mártir na luta contra a exploração. A segunda corrente aflora com força na década de 1980, sobretudo a partir do testemunho de Rigoberta Menchú, escrita por Elizabeth Burgos, com a obra, *Meu Nome é Rigoberta Menchú: e assim nasceu minha Consciência* (1993). A obra ganhou o prêmio Casa de Las Americas de 1983 e, posteriormente a indígena Rigoberta Menchú viria a ganhar o Prêmio Nobel da Paz por seu ativismo político³ (MARCO, 2004, p. 45-47).

Quanto ao segundo segmento literário dentro do *Testimonio*, convém registrar que ele se constrói através da figura de um mediador provindo do mundo acadêmico, que atualiza a vida do biografado, dando densidade e transformando a sua história de vida num livro. Ainda, devemos evidenciar que nesse modelo de literatura trabalha-se muito com o *testis*, ou seja, aquele que testemunha e conta a história do outro, como um depoente que viu ou que transcreveu o que lhe fora relatado. Tal ênfase se explica, justamente, pela falta da cultura letrada dos povos tradicionais que não possuem a escrita como mediação principal para a comunicação, sendo a memória oral o veículo de comunicação por excelência. Nesse caso, portanto, torna-se necessária a figura de um mediador erudito (escritor/*testis*) a fim de veicular a construção dessas memórias e testemunhos (MARCO, 2004). Esse gênero, conforme exposto, ganhou impulso com a institucionalização do Prêmio, servindo, conseqüentemente, como instrumento para a divulgação dessa produção literária. Destacamos nesse cenário o caráter extremamente político dessas obras em tela, principalmente pelo compromisso que os autores deveriam possuir - além da qualidade literária - também ser fidedigno com a verdade dos fatos e, precisamente, ser comprometido com os ideais revolucionário latino-americanos, buscando, assim, tanto uma nova versão dos fatos, quanto ampliar as discussões históricas hegemônicas.

Nessa direção, a Revolução Cubana de 1959, num primeiro momento, serviu como instrumento propagandista de que se poderia construir uma nova versão da história,

³ Valéria Marco (2004, p.46) atualiza que embora Elizabeth Burgos seja considerada fonte canônica dessa segunda geração do *Testimonio*, salienta que podemos considerar como inaugural a obra de Miguel Barnet, *Biografia de um cimarrón*, (1968), acerca do relato de um negro cubano de 108 anos, que nasceu escravo e ainda lutou na Revolução Cubana.

demonstrando ser possível a ocorrência das transformações necessárias que modificassem o *status quo* e, nesse sentido, modificariam as estruturas de classes da sociedade. Através desse exemplo, buscariam ativar a voz dos subalternos da história, servindo de cunho propagandístico para o ideário revolucionário cubano. Logo, o Prêmio cubano vai fomentar uma profusão de obras que foram ganhando relevo no continente e se materializando com grande densidade. A densidade do drama aumentaria ainda a partir dos anos 60, principalmente com as ditaduras militares latino-americanas, servindo como pano de fundo para vários livros sobre o período e, sobretudo, através da escrita testemunhal dos sobreviventes dos regimes ditatoriais.

Desse modo, o gênero que fora construído para emoldurar a biografias de vida de heróis que empunharam bandeiras de luta acabou sendo o escoadouro natural das mazelas da América Latina em face das diferentes ditaduras que germinaram no território. Torna-se pertinente enfatizar que o continente fora fértil de ditaduras, sendo inauguradas pelo Brasil, em 1964, seguindo em 1973 com as ditaduras chilenas e uruguaias, mais adiante em 1976 com a ditadura argentina, fechando o Cone-Sul com Estados ditatoriais. Obviamente que a forma como se estabeleceram essas ditaduras fora diferenciada, no entanto, a repressão aos oponentes desses regimes foram similares e eficazes em seus resultados: aniquilar fisicamente o inimigo, especialmente nas ditaduras do Chile, da Argentina e do Uruguai, caracterizando realmente como um Terror de Estado, com milhares de presos, torturados, exilados e desaparecidos políticos (GALLO, 2016). Nessa política, ainda devemos evidenciar que o continente além das convulsões ditatoriais, posteriormente, fora pródigo com outros abalos, por exemplo, as revoluções na América Central, como a vitoriosa Revolução Sandinista (1979) na Nicarágua. Tais saltos abruptos reverberaria, conseqüentemente, em novas leituras sobre os processos revolucionários e, sobretudo, em livros sobre os principais personagens que pegaram em armas na luta dispostos a reconstruir a história pós-colonial da América Latina.

Diferentemente da literatura do *Shoah*, a literatura do *Testimonio* não possui um grupo étnico religioso que serviria como elemento aglutinador das reminiscências dos traumas. Poderíamos dizer que, no caso latino, elaboram e trabalham mais detidamente com a figura do mártir heroico, como aquele que venceu os inimigos e serviu de exemplo na luta dos povos oprimidos, de acordo com ideal cubano impresso nesse perfil literário. Melhor explicando,

enquanto no gênero do *Shoah* narra e visa, através da escrita, reelaborar psicanaliticamente e curar os traumas/feridas, no caso latino, essa categoria trauma não aparece como relevo principal, visto que a densidade da análise se inscreve principalmente no processo de reconstrução da história e do fazer justiça. No *Testimonio*, portanto, a reelaboração da memória vivida (não dos traumas), dar-se-ia quando houvesse, de fato, as respectivas ações da Justiça de Transição, exatamente com o fito de reparar os processos de abusos de autoridades durante os regimes ditatoriais.

Justamente por esta linha de corte é que se torna importante compreendermos os modelos de ditaduras impostas na América Latina, igualmente como foi o transcurso das transições dos regimes ditatoriais e, principalmente, como se efetivaram os tribunais da Justiça de Transição. Neste aspecto, podemos colocar em destaque a forma com que as novas democracias do Cone-Sul, a partir da segunda metade dos anos 80, trataram os crimes da ditadura militar e colocaram no banco dos réus os militares ditadores, efetivando, conseqüentemente, um balanço político e jurídico sobre a transição dos regimes. Tais fatos, obviamente, refletiram positivamente na literatura, haja vista a farta bibliografia acerca do tema no Cone-Sul, diferindo qualitativamente e quantitativamente do Brasil (SELIGMANN-SILVA, 2010).

Devemos destacar que a memória das vítimas é uma recorrência na vida cotidiana dessa população do Cone-Sul (Chile, Argentina e Uruguai), sobretudo, conforme exposto, pelo fato de que a ditadura fora caracterizada como um modelo de Terror de Estado, destruindo completamente os núcleos familiares, visto que, segundo relatórios oficiais, a Argentina possui aproximadamente 30.000 desaparecidos políticos (ARGENTINA, 1998). Criou-se nesses países a figura do desaparecido político, como um personagem social que materialmente não existe, mas que está presente nas lembranças e nas memórias das famílias que perderam seus entes queridos. Também, nesses países, houve um processo de reparação política pelas mazelas que vivenciaram no período ditatorial (GALLO, 2016), cobrando por memória, verdade e justiça, ou seja, sempre ativando essas memórias como o lócus portador da história. Além disso, frisamos que o acionamento da memória coletiva funcionou para dar tangibilidade às memórias

individuais nos processos de reparações políticas, sendo estas reverberadas fortemente na cultura literária do testemunho.

4 A Literatura do Testemunho no Brasil: uma experiência inconclusa

No caso brasileiro, a ditadura militar não fora menos cruel com seus inimigos do que foi as ditaduras congêneres, contudo, o regime brasileiro fora mais seletivo, pois infligiu mais incisivamente com execução, tortura, assassinato e ocultação de cadáveres especialmente de oponentes das organizações armadas e membros dos partidos comunistas. A ditadura militar brasileira teve a capacidade política de passar para a sociedade civil um aspecto de naturalidade do regime militar, ainda mais porque primava por eleições regulares, dando, conseqüentemente, um aspecto falso de ser uma ditadura mais branda, quando na verdade, para os seus inimigos declarados, o regime militar era tão aniquilador como nas demais ditaduras latinas. Justamente por esse aspecto diferenciado da repressão, a produção bibliográfica da literatura do testemunho refletimos de maneira distinta no curso do processo de redemocratização brasileira, visto que no Chile, na Argentina e no Uruguai se consolidou uma tradição forte desse gênero do *Testimonio*, enquanto no Brasil ainda carece de mais apuro e formato como gênero literário (SELIGMANN-SILVA, 2010).

Podemos, contudo, inserir o país no mesmo percurso da literatura do testemunho do gênero *Testimonio* dos demais países latinos americanos, muito embora saibamos que o Brasil possui dificuldade de dialogar com os países próximos de língua hispânica, visto que há pouca reverberação da bibliografia do *Testimonio* em espanhol (mesmo com traduções) no Brasil. De qualquer modo, embora tenha pontos de contato esfumados com a literatura de língua hispânica, a bibliografia brasileira desse gênero deita as mesmas raízes da literatura do *Testimonio*, em que se evidencia a luta de personagens principais (heróis ou mártires), assim como grupos políticos que ousaram lutar contra o *status quo* vigente, seguindo o modelo impregnado e difundido pela Prêmio Júri Casa de Las Américas, desde o seu nascedouro. Destacamos que, a partir da década de 80, há a categoria literatura brasileira inclusa neste prêmio.

Quanto a essas proximidades, devemos evidenciar que, ao longo dos anos 70, criou-se uma transnacionalidade militante, principalmente entre os vários agentes políticos em virtude dos processos de exílio na América Latina (MARQUES, 2017). Tal advento ocasionou, por conseguinte, um diálogo entre essa cultura militante e a literatura em voga no período latino, alimentando, conseqüentemente, o referencial bibliográfico dos exilados políticos brasileiros quando retornaram ao país. Para efeitos de marcação temporal, torna-se relevante realçar que no Brasil houve uma auto-anistia institucionalizada pelos militares, em 1979, que não fora nem ampla, nem geral e tampouco irrestrita, ou seja, os militares declararam uma anistia política que permitiu sair da cadeia os presos políticos e os exilados, mas não todos, pois os que possuíam penas altas continuavam presos. Além disso, as Forças Armadas se auto anistiarão, uma vez que o processo brindou com um retorno seguro a corporação militar aos quartéis, ficando os militares isentos de julgamento quanto aos crimes de lesa-humanidade cometidos contra os direitos humanos, visto que a tortura e o desaparecimento político são crimes internacionalmente imprescritíveis.

Como reflexo desse processo político truncando, diferentemente dos demais países do Cone-Sul, criou-se uma literatura do testemunho bastante mutilada, uma vez que não tinha densidade e corpo material. De qualquer modo, devemos registrar que os primeiros livros aportaram no país ainda nos anos 70, haja vista que, antes da anistia política, Renato Tapajós publicou o livro *Em Câmara lenta* (1977), que versava sobre a prisão, a tortura e os assassinatos na guerrilha urbana cometidos pela corporação militar. Quanto à guerrilha rural no Brasil, vem à luz no mesmo período, *Guerra de Guerrilha no Brasil*, lançado em 1979, também antes da anistia pela escrita do jornalista investigativo Fernando Portella. Após a anistia, retornou ao Brasil o exilado político Fernando Gabeira, lançando o livro, *O que é isso companheiro?* (1980), que se torna uma espécie de *best seller* do período⁴. Talvez possamos dizer que o livro de Gabeira ainda é o mais famoso do gênero no país, justamente por ser centrado sua figura célebre do autor e, posteriormente, por ter sido feito uma adaptação fílmica desse filme – com severas

⁴ Valéria de Marco (2004, p.51 apud BOSI, 1993), alude que já seria possível enxergar traços da Literatura do Testemunho em Graciliano Ramos (2012) como Memórias do Cárcere. Igualmente, Seligmann-Silva (2018, p. 87) encontrou a noção de Testimonio histórico na escritora Maria Carolina de Jesus (2014) na obra Quarto de Despejo: diário de uma favelada.

críticas feitas pela esquerda que pegara em armas, pois fora considerado um “filme para americano ver e concorrer ao Oscar”, visto que suavizou a figura dos torturadores e brutalizou o grupo armado como mercenários (FIGUEIREDO, 2018).

Como as demais produções latinas, a literatura brasileira não se centrou no trauma/ferida, pelo menos numa primeira fase, pois ainda ativavam com força o mito do herói que pegou em armas. Podemos enfatizar que a reativação do trauma e da vítima, de fato, começaria a ser avivada em fins da década de 80, mas não como uma vítima passiva, mas como um instrumento de denúncia pública contra o Estado ditatorial e, na sequência, contra a forma que foi estabelecida a transição democrática, especialmente a impunidade consentida pela Nova República aos crimes da ditadura militar (AYDOS; FIGUEIREDO, 2013). Nesse cenário conflitivo, novamente, se estabeleceria um jogo de forças entre a memória coletiva subalterna dos grupos de esquerda que pegaram em armas, assim como dos oponentes democráticos ao regime militar *versus* a consolidada e edificada memória oficial – ainda herdeira dos centros de tradição cívica da ditadura – com os seus generais/ditadores e torturadores alçados a figuras de heróis da pátria.

No Brasil, somente a partir dos anos 2000, houve a possibilidade e a tentativa de reescrita da história oficial, através da Lei nº 12528 (BRASIL, 2011), que estabeleceu os parâmetros da Comissão Nacional da Verdade (CNV), com o intuito de buscar a apuração dos crimes da ditadura militar e assim transformar as outrora vítimas em outra categoria, atribuindo a eles uma nova identidade social pós-catástrofe (SELIGAMN-SILVA, 2010, p. 12). É relevante destacar que os livros escritos no cenário inicial da literatura do testemunho no Brasil foram, posteriormente, utilizados como testemunho (*testis*) para as vítimas nos julgamentos das reparações contra o Estado (*arbiter*), justamente porque estavam contidos nesses livros as suas biografias. Embora houvesse esforços e empenho desse modelo como uma política pública de Estado, pouco se avançou realmente, uma vez que o trabalho é erodido tão logo houve mudanças institucionais e políticas nas eleições posteriores no Brasil. Ceifaram, conseqüentemente, além da memória e da verdade, também, a produção e o aporte institucional desse gênero literário, visto o destaque ínfimo relegado aos grupos que buscaram a reparação de Estado pelos crimes cometidos pelo regime de exceção (SELIGAMN-SILVA, 2010).

Considerações finais

Ao discorrermos sobre a literatura do testemunho, refletimos que emerge como fruto dos acontecimentos e eventos traumáticos do século XX, farto em catástrofes. Seria, portanto, uma literatura com o teor altamente narrativo dos traumas e dos dramas vividos por esse período conturbado, conseqüentemente, alimentado pelos fluxos abruptos da história. Para tanto, a fim de adensar o relato dos livros, utilizou-se, sobremaneira, dos mecanismos da memória, com o intuito de ativar as lembranças desse período, principalmente da memória coletiva como uma chave elucidativa, a fim de adensar as narrativas e construir o *corpus* literários. Assim, a partir da compreensão de que a memória coletiva serviria como ponte para revelar os fatos narrados, houve uma profusão de livros que se debruçaram nesses dramas vividos, colocando nos livros as experiências dos personagens que sobreviveram a essa Era de Catástrofe.

Conforme estudo, esse gênero da literatura divide-se em dois eixos: 1) o *Shoah* judaico, originado a partir dos relatos dos sobreviventes da II Guerra Mundial; e, 2) o *Testimonio*, a partir do relato dos personagens que imprimiram luta nos processos de libertação na América Latina. Como podemos constatar, são dois enfoques bem distintos e com pouca comunicação, embora realce que o testemunho, a memória e a história são o fio condutor semelhantes desses modelos de literatura. Além disso, destacamos que literatura do *Shoah*, centra o foco entre a memória, a história e a psicanálise, enquanto que no *Testimonio* não há o processo de elaboração mental psicanalítico do trauma como ferida, visto que enfoca um diálogo entre a memória, a história e a política, ou seja, o que está em discussão na literatura do *Testimonio* é a abordagem do mito do herói, que venceu as agruras de estados ditatoriais e que deu exemplo no curso da luta para outros grupos subalternos.

Devemos evidenciar que a característica do *Testimonio* latino-americano é reflexo da produção e influência da Revolução Cubana, principalmente através do Prêmio Júri Casa de Las Américas, patrocinado fortemente pelo governo cubano e, por conseguinte, imprimindo essa característica de luta aos escritos narrativos dessa literatura. Destacamos, também, que os processos ditatoriais da América Latina, assim como os seus processos de redemocratização, e, posteriormente, com a Justiça de Transição implementada nesses países, legou um aporte

institucional e legitimidade para esse modelo de Literatura do Testemunho, visto que essa produção bibliográfica se alimentou dessa catarse coletiva a fim da sociedade cobrar a sua dívida contra os governos ditatoriais.

No caso brasileiro, segundo análise do material bibliográfico e diálogo com autores, podemos observamos que, mesmo tendo uma produção efetiva desde o processo limítrofe da anistia, essa literatura não ganhou destaque, uma vez que o drama ditatorial não fora vivido com a mesma intensidade quanto nos demais países do Cone-Sul. Embora tenha ocorrido uma produção bibliográfica, esta não aflorou com força enquanto gênero próprio, visto que ficara muito dentro dos limites do grupo social que fora marginalizado politicamente durante a ditadura militar. Além disso destacamos que essa literatura ficou muito restrita ao mundo acadêmico. De qualquer modo, houve a tentativa de dar voz a essas narrativas nos 2000, sendo totalmente sepultadas posteriormente por motivos políticos eleitorais, fazendo com que a memória coletiva dos oponentes ao regime militar, mesmo estando contida em livros memorialísticos e biografias do período, continue submersa como memória subalterna – diferentemente dos outros países que puderam lutar pela verdade, pela memória e pela justiça, reforçando e alimentando essa literatura do testemunho.

Bibliografia

ADORNO, Theodor. “Crítica cultural e sociedade” in *Prismas*. Trad. Augustin Wernet e Jorge Mattos Brito de Almeida. São Paulo, Ática, p. 7-26, 1998.

ARENDT, Hannah *Eichmann en Jerusalém*. Um relato sobre a banalidade do mal. Trad. José Rubens Siqueira. São Paulo, Companhia das Letras, 1999.

ARGENTINA, Comisión nacional sobre la desaparición de personas. Nunca mas 4º edición. Buenos Aires: Eudeba, 1998.

AYDOS, Valéria. & FIGUEIREDO, César Alessandro Sagrillo construção social das vítimas da ditadura militar e a sua resignificação política. *Interseções*. Vol. 15 N. 2, p. 392-416, dez. 2013.

BARNET, Miguel. *Biografía de un Cimarron*. Barcelona: Ediciones Ariel, 1968.

BENVENISTE, Émile. *Vocabulaire des institutions indo-européennes: 2. Pouvoir, droit, religion*. Paris: Les Editions de Minuit: 1969.

BRASIL. *Lei nº 12.528*, de 18 de novembro de 2011. Cria a Comissão Nacional da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112528.htm>. Acessado em 28 de janeiro de 2020.

BURGOS, Elizabeth. *Meu Nome é Rigoberta Menchú: e assim nasceu minha Consciência*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

FERNANDES, Fabricio Flores. *A escrita da dor: testemunhos da ditadura militar*. Tese de doutorado em Teoria e História Literária. UNICAM. 2008.

FIGUEIREDO, César Alessandro Sagrillo. A memória do testemunho e o cinema: representações cinematográficas da ditadura militar. *Revista Porto das Letras*, Vol. 04, Nº 03 – Edição Especial, p. 9-33, 2018.

GABEIRA, F. *O que é isso, companheiro?* São Paulo: Companhia das Letras, 2009

GALLO, Carlos Artur. *A história no banco dos réus: leis de impunidade, memória da repressão política e as decisões da Suprema Corte na Argentina e no Brasil*. Tese de doutorado em Ciência Política. UFRGS, 2016.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Ed. Centauro, 2006.

HOBBSAWM, Eric. *A era dos extremos: O Breve século XX*. São Paulo: Cia da Letras, 2008.
JESUS, Carolina Maria. *Quarto de Despejo: diário de uma favelada*. São Paulo: Ática, 2014.

LEVI, Primo. *É isto um homem?* Rio de Janeiro: Rocco, 1988.

LEVI, Primo. *Os afogados e os sobreviventes*. Trad. Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990.

LEVI, Primo. *A trégua*. Trad. Marco Lucchesi. São Paulo, Companhia das Letras, 1997.

MARCO, Valeria de. A literatura de testemunho e a violência de estado. *Lua Nova*. Nº 62, p. 45-68, 2004.

MARQUES, Teresa Cristina Schneider. O Exílio e as Transformações de Repertórios de Ação Coletiva: A Esquerda Brasileira no Chile e na França (1968-1978). *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 60, no 1, p. 239 a 279, 2017.

POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. In.: *Estudos Históricos*. Vol. 2. N.3. Rio de Janeiro. Vértice. P.3-15,1989.

RAMOS, Graciliano. *Memórias do cárcere*. Rio de Janeiro: Cameron Editora, 2012.

SARMENTO-PANTOJA, Augusto. O testemunho em três vozes: testis, superstes e arbiter. *Literatura e Cinema de Resistência*, Santa Maria, n. 32: Manifestações estéticas dissidentes, p. 5-18, jan.-jun. 2019

SELIGMANN-SILVA, Márcio. *História, memória, literatura – o testemunho na Era das Catástrofes*. Campinas: UNICAMP, 2003.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. O local do testemunho. *Revista Tempo e Argumento*. Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 3–20, jan./jun. 2010.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. O local da diferença: ensaios sobre memória, arte, literatura e tradução. São Paulo: Editora 34, 2018.

PORTELA, Fernando. *Guerra de guerrilhas no Brasil*. São Paulo: Global, 1980.

TAPAJÓS, Renato. *Em câmara lenta: romance*. São Paulo: Alfa-Omega, 1977.

*Recebido em 30 de dezembro de 2019.
Aceito em 03 de março de 2020.*